

A CIÊNCIA DA RELIGIÃO APLICADA À PSICOTERAPIA¹

Ênio Brito Pinto

Quero começar este artigo com algumas questões que me orientarão na escrita: que relação poderia haver entre a psicologia, especialmente a psicoterapia, e as Ciências da Religião? Por que psicoterapeutas estudariam Ciências da Religião? Que diálogos se podem estabelecer entre estes dois saberes?

Para buscar possíveis ampliações para essas questões é preciso delimitar, ainda que minimamente, os campos em questão – a saber, o campo das Ciências da Religião; o da psicologia, em especial o campo da psicologia da religião; o campo da psicoterapia, uma atividade sempre permeada (ainda que de maneira não confessada) pela espiritualidade e pela religiosidade humanas – para assim refletir sobre as interfaces da psicoterapia com a área das Ciências da Religião.

As Ciências da Religião

A área das Ciências da Religião não tem suas fronteiras estritamente delimitadas, nem deve ter. Entendo que a denominação dessa área é suficientemente vaga e que isso é uma de suas melhores qualidades. Quando digo que essa denominação é suficientemente vaga, quero dizer que uma categoria é vaga quando utilizada de maneira que deixe lugar para a coexistência de diferentes fenômenos em sua abrangência, mesmo que estes fenômenos se contradigam. Então, quando tratamos do campo das Ciências da Religião, é preciso ter em mente que uma ciência, para ser considerada como aplicável ao mundo religioso, precisa ter estudos ou práticas voltados para este referencial comum; é preciso também que essa localização perante os referenciais comuns seja feita com cuidado para evitar uma excessiva generalização; e, finalmente, é preciso verificar-se a legitimidade desta postulação ao campo para que se possa desenvolver e utilizar especificações de linguagem que permitam comparações e aproximações genuínas dentro da área. (cf Neville, 2001, p. 14-16)

¹ Texto publicado em PASSOS, João Décio e USARSKI, Frank. *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas e Paulus 2013, p. 677 – 690.

O objeto de estudos das Ciências da Religião é, no meu modo de ver, o mundo religioso. Não é só a religiosidade ou as religiões. É o mundo religioso, singular, genérico, suficientemente vago para caberem neste termo a religiosidade, a espiritualidade, os mitos, os rituais, a história, a linguagem, a cultura, as religiões, as pessoas de vida religiosa, as pessoas com sua vida religiosa, a moral e a ética religiosas, o simbolismo religioso, enfim, tudo o que se refira a ou que contenha a religião.

Entendo também que o campo das Ciências da Religião, dadas a enorme complexidade e a importância de seu foco de estudo, é, por excelência, um campo multidisciplinar, plural, no qual não há lugar para um tipo de especificidade que encontramos em algumas outras áreas científicas, e esse é um diferencial extremamente positivo para este campo de estudos, na medida em que transforma as Ciências da Religião no lugar por excelência do diálogo.

O campo de estudos do cientista da religião o obriga a saberes múltiplos, o convida à diversidade, exige o conhecimento e a integração de diversas linguagens na construção de uma nova configuração. Por isso, o próprio cientista da religião precisa ter uma cultura ampla e geral, um conhecimento básico sobre os diálogos das diversas ciências com a religião, ao mesmo tempo em que precisa se aprofundar em sua área específica. É por isso que Antonio Gouvêa Mendonça (2001, p. 149) afirma que “as ciências da religião exigem do pesquisador aquela erudição multidisciplinar que lhe permite usar os vários instrumentos necessários à superação do que simplesmente aparece aos olhos.”

É interessante apontar, desde já, que esse tipo de exigência também está colocado ante o psicoterapeuta, dada a variedade de mundos que ele é convidado a visitar em seu labor; dessa forma, ao ampliar seu espaço de indagações, as Ciências da Religião possibilitam ao psicoterapeuta uma aproximação mais abrangente e compreensiva ante o mundo de seu cliente. Esses campos, o das Ciências da Religião e o da psicoterapia, são tão amplos e complexos que acabam por exigir do profissional uma certa abertura horizontal de seus conhecimentos, a qual precisa ser contrabalançada por e integrada a uma cuidadosa verticalização na sua área de formação principal; tal tarefa é complicada e difícil, exige bom ritmo, maturidade e humildade na busca incansável da boa forma teórica e metateórica. Esta busca traz a necessidade de um saber que não permita a fragmentação do conhecimento, mas possibilite a integração gerada pela boa confluência entre o aprofundamento e a horizontalização dos saberes.

Uma das várias ciências que compõem as Ciências da Religião, uma de suas subdisciplinas, é a psicologia. Entendo que a psicologia pode dar uma contribuição para esse campo e pode receber deste campo uma contribuição valiosa, com repercussões nas diversas áreas do saber psicológico, inclusive na psicoterapia.

A psicologia como uma das ciências da religião

A interface entre as Ciências da Religião e a psicologia não se resume à psicologia da religião, embora comece por ela. Também outras áreas da psicologia têm nessa interface um fértil campo de pesquisas, desde, por exemplo, a psicologia do desenvolvimento, com estudos sobre o desenvolvimento da religiosidade; a psicologia da personalidade, com estudos sobre o homem religioso; a psicopatologia, com estudos sobre os limites entre o saudável e o patológico nas vivências místicas; a psicologia organizacional, com os estudos sobre as instituições religiosas; e a psicologia clínica, que aponta as profundas relações entre a psicoterapia e os aspectos espirituais e religiosos do existir, ponto que mais me interessa neste artigo.

Para compreender melhor as possíveis aproximações entre a psicologia e a religião, entre a psicoterapia e a religião, é preciso delimitar, ainda que muito sucintamente, o campo da psicologia da religião.

Para Massih (2007, p. 06 e ss), a psicologia da religião é, antes de tudo, uma disciplina “não-apologética e não-confessional que estuda as experiências religiosas individuais e coletivas e seu reflexo no amadurecimento humano e religioso das pessoas e das comunidades”. O objeto de estudo da psicologia da religião, para essa pesquisadora, é a experiência religiosa, de modo que se pretende “entender o fenômeno religioso desde as motivações, experiências, atitudes e dinâmicas afetivas e cognitivas presentes nos comportamentos religiosos”.

Para Valle (1998, p. 51), a psicologia da religião, ao estudar como alguns fenômenos religiosos são vivenciados psicologicamente por um sujeito, “indaga sobre a estrutura psicológica que está por trás das formas de vivência e experiência religiosa. (...) A psicologia da religião vê como sua tarefa descrever e ‘explicar’ psicologicamente a estrutura e a dinâmica do agir religioso do ser humano.”

No que diz respeito ao objeto próprio de estudo da psicologia da religião, saliento que o psicólogo não tem como objeto de estudo propriamente o sagrado, mas o ser humano em contato com suas vivências do sagrado. Quanto às religiões, não é de interesse da psicologia a verdade do

conteúdo delas, mas a vivência que os fieis têm da sua religião. É também matéria da psicologia da religião o estudo dos impactos da secularização na organização das pessoas. Penso que também fazem parte do campo da psicologia da religião, além da espiritualidade, da religiosidade e da religião enquanto cultura, compreensões acerca dos mitos, ritos e símbolos religiosos, acerca das instituições religiosas e de seus componentes, sem esquecer ainda que a psicologia da religião tem também o que acrescentar quando se trata de compreender e discutir a moral religiosa e o modo como a religiosidade atua como fonte de referência na organização que as pessoas fazem de sua vida.

A maneira como os estudos são conduzidos em psicologia da religião tem íntima correspondência com a abordagem que se usa, em psicologia, para fundamentar os estudos. Se seguirmos a tradicional divisão da psicologia em três grandes forças – a psicanálise, o cognitivismo comportamentalista e a psicologia fenomenológica –, as quais diferem, essencialmente, quanto à visão de homem, logo perceberemos que as contribuições de cada força à área da psicologia da religião ainda precisam ser melhor desenvolvidas, especialmente no que se refere à psicoterapia. O que pretendo aqui é desenvolver algumas reflexões sobre esta temática, e, para tanto, é preciso que eu me posicione: nas discussões que seguem, minha principal fundamentação encontra-se na Gestalt-terapia, uma das vertentes da psicologia fenomenológica. Mesmo com este apoio no fundo teórico, minha intenção é ir para além da psicologia fenomenológica, buscando desenvolver reflexões que sejam úteis para os psicoterapeutas, independentemente de sua filiação teórica, e para os cientistas da religião.

Como gestalt-terapeuta, concebo o complexo ser humano como, fundamentalmente, composto por três dimensões articuladas, o corporal, o psíquico (ou mental) e o espiritual, um ser que vive em uma cultura, pela qual é configurado – mas não determinado – social, geográfica e historicamente. Voltarei a esta questão mais adiante, quando argumentar que a psicoterapia é um dos caminhos que tem o ser humano ocidental para trabalhar sua espiritualidade.

Parece-me importante frisar que as reflexões que seguem, embora apoiadas em parte na psicologia da religião, se dirigem especialmente para as relações da psicoterapia com a espiritualidade, a religiosidade e a religião. Minha curiosidade é compreender melhor como os estudos das Ciências da Religião podem auxiliar o psicoterapeuta em seu trabalho, além de tentar

delimitar a psicoterapia como um dos possíveis campos de estudo para as Ciências da Religião. O próximo passo, então, é demarcar sucintamente o campo das psicoterapias.

A psicoterapia

A psicoterapia, *grosso modo*, é o encontro entre duas ou mais pessoas, o terapeuta e o seu cliente (ou os seus clientes, no caso das terapia em grupo), com o propósito de analisar e compreender a vida desse cliente, visando facilitar a recuperação de sua autonomia, liberdade, qualidade do contato, vivacidade, ritmo e abertura para a vida. A psicoterapia favorece alternativas para avaliar pontos de vista, percepções, impulsos e posturas que afetam o comportamento do cliente. Ela é uma interação verbal e simbólica entre um terapeuta e um cliente e se dirige para uma mudança, vivida como positiva, na vida do cliente. Antes de tudo, a psicoterapia é um procedimento dialético e dialógico, é um processo de diálogo entre interlocutores comprometidos profundamente com a busca da melhor configuração existencial para uma dessas pessoas: o cliente.

No processo terapêutico, “há uma série ordenada de conceitos que guiam as intervenções do terapeuta e que devem estar baseados logicamente numa teoria de personalidade e em proposições concernentes a diagnóstico” (Bellak e Small, 1980, p 29). Desses conceitos que orientam o terapeuta, é importante destacar também a visão de ser humano, as relações entre psicopatologia e ajustamentos potencialmente criativos, a maneira e as técnicas de que o terapeuta se utiliza para interagir com o cliente. Isso orientará o terapeuta na facilitação da ampliação do autoconhecimento do paciente e de sua abertura para a vida, caminhos básicos para que ele se desvencilhe do sofrimento que o levou a procurar ajuda psicoterapêutica. Além disso, é importante, quando se conceitua a psicoterapia, “excluir tratamento por instinto, por intuição (exceto como uma forma pré-consciente de pensamento conceitual) por arte, fé purificante ou por esforços filantrópicos gerais.” (Bellak e Small, 1980, p 29)

Embora idealmente a psicoterapia possa ser vista como um processo de crescimento pessoal, o que, efetivamente, é, na prática o que se percebe é que ela é buscada por pessoas que passam por algum sofrimento existencial para o qual momentaneamente não conseguem encontrar soluções. Esse pedido de ajuda é explicitado através das mais diversas queixas, as quais trazem em comum, especialmente, a percepção de que há algumas mudanças existenciais muito difíceis que devem ser feitas. A busca do sentido do sintoma, a ampliação da consciência de si e

sobre quais são as mudanças necessárias e a consciência de como elas podem ser feitas é o trabalho mais básico da psicoterapia. Ainda mais que isso, entendo que a proposta da psicoterapia é de que ela seja um caminho de reeducação, no sentido de que se desenvolva o autoconhecimento e a autoestima para que a pessoa volte a se indagar e a indagar sobre o mundo que habita.

A psicoterapia, sendo um campo de reeducação, não é um lugar onde o cliente vá *aprender* sobre si, mas, antes, é um processo de exploração do mundo e de autoexploração, através do qual o cliente vai *descobrir* sobre si, através de seus sentidos, de sua reflexão e de sua capacidade de se fazer presente, quer dizer, sua capacidade de concentração e de conscientização. Descobrir quer seja sobre suas belezas, quer seja sobre suas tragédias, sobre sua luz e sobre sua sombra. Ao terapeuta cabe apontar as pontes e os caminhos, os abismos e as florestas, os riscos e as belezas quando acompanha seu cliente na aventura de conhecer-se. Mas não cabe ao terapeuta escolher caminhos para seu cliente, uma vez que o caminho é singular para cada um. A postura do terapeuta se define principalmente por ele não ter um *a priori* para seu cliente, não ter um lugar aonde quer conduzir seu cliente, embora esse terapeuta possa e deva ter uma delimitação, necessariamente ampla e suficientemente vaga, do que entende como um existir saudável.

Dessa forma, ainda que leve em conta os sintomas, ainda que considere devidamente o sofrimento denunciado pelo cliente, ainda que se ocupe do problema apresentado pelo cliente, a psicoterapia deve centrar-se na pessoa. Para tanto, ela compõe um diálogo que se coloca a serviço do cliente no sentido de que ele possa se sentir mais e mais atualizado e livre. A liberdade é um objetivo importante da terapia, “pois quaisquer que sejam os valores que o paciente desenvolva, estarão baseados em sua experiência de autonomia, senso de poder pessoal e possibilidades, tudo o que decorre da liberdade que ele espera alcançar na terapia” (May, 1987, p 19).

Uma das tarefas que cabe ao psicoterapeuta nesse diálogo é cuidar de si de modo a tornar-se, de certa forma, amoral em seu trabalho. Um terapeuta amoral não é um terapeuta sem valores, mas um terapeuta que enfrentou o dilema sobre a interferência dos valores pessoais (especialmente os religiosos) do terapeuta no processo de crescimento de seu cliente.

Nesse processo de colocar-se em uma atitude dialógica com seu cliente, é importante que o terapeuta se lembre de que “em toda situação, não podemos deixar de agir de acordo com o campo que percebemos; e nossa percepção se estende a dois aspectos diferentes desse campo.

Um tem a ver com fatos, outro com valores.” (Lewin, 1973, p 77) Isso quer dizer que o terapeuta deve ter o cuidado de conhecer seus valores o mais plenamente possível, para poder cuidar de como eles aparecem no processo psicoterapêutico; igualmente ele deve estar atento aos valores que norteiam o cliente, pois, no fim das contas, as mudanças que ocorrem no cliente a partir da psicoterapia são, principalmente, mudanças de valores. Levando isso em conta, se pensarmos em um referencial fenomenológico, poderemos afirmar que a psicoterapia é uma atividade que se ocupa principalmente da espiritualidade, mais, muito mais que propriamente do psiquismo. Essa característica da psicoterapia, a de ocupar-se principalmente com a espiritualidade – mais ainda, a de exercer-se pela espiritualidade –, coloca a psicoterapia como um interessante objeto de estudos para as Ciências da Religião, especialmente por três caminhos: o primeiro, mais amplo, compreendendo a psicoterapia como um trabalho de amadurecimento da espiritualidade; o segundo, decorrente do primeiro e baseado no fato de que a religiosidade é um dos aspectos em que a espiritualidade pode se desenvolver, a lida com a religiosidade do terapeuta e do cliente em terapia; o terceiro, a terapia de pessoas de vida consagrada.

A psicoterapia como um processo espiritual

Neste ponto, é importante que eu deixe o mais claro possível como compreendo a espiritualidade humana. Concordo com Giovanetti (2005, p. 136/138), quando ele afirma que o termo ‘espiritualidade’ “não implica nenhuma ligação com uma realidade superior”. Para esse autor, a espiritualidade significa a possibilidade de uma pessoa mergulhar em si mesma e tem relação com valores e significados. Ele completa: “o termo espiritualidade designa toda vivência que pode produzir mudança profunda no interior do homem e o leva à integração pessoal e à integração com outros homens.”

A maneira como caracterizo aqui a espiritualidade humana tem fundamento nas ideias de Husserl, que, em sua análise do sujeito humano, compreende-o como composto por três dimensões, a corporeidade, o psiquismo e o espírito: “somos corpo-psique-espírito, como dimensão. Cada ser humano, individualmente, tem todas essas características que podem ser mais ou menos desenvolvidas” (Bello, 2006, p. 41). A Gestalt-terapia, por ter como fundamento a visão de que cada pessoa só pode ser compreendida como integrante de um campo, acrescenta a esses três níveis a culturalidade, compreendida especialmente como a vivência da geografia, da época, dos conhecimentos disponíveis e dos costumes.

A primeira dimensão, fundamento para todas as outras, primordial e constituinte do ser, é a corporeidade, derivada das vivências relacionadas à sensação corpórea (cf Bello, 2006, p. 38).

A segunda dimensão, para Husserl, é a do psiquismo, ou o nível dos atos de caráter psíquico, os quais independem de nós, como “os impulsos, os instintos, as energias e reações espontâneas que existem no ser humano” (Bello, 2006, p. 52). Esses atos não são desejados ou procurados pela pessoa: “não somos nós a origem deles, nem nós os provocamos, mas os encontramos. Se sentirmos um forte rumor, todos teremos medo, e o medo não vem querido por nós, ele é uma reação e acontece. Essa é a parte psíquica” (Bello, 2006, p. 39).

Há aqueles atos que não são relativos ao psiquismo, tampouco à corporeidade, mas pertinentes ao espírito. Por exemplo, se o corpo mostra a necessidade de líquido, a sede, se, em seguida, o psiquismo provê o impulso para pegar um copo e o desejo por determinado líquido, há uma dimensão capaz de controlar e determinar se este movimento desejado se dará, ou não, e essa dimensão é o espírito: “estamos registrando o ato de controle, mas este não é de ordem psíquica nem de ordem corpórea, e nos faz entrar em uma outra esfera a que os fenomenólogos chamam de esfera do *espírito*” (Bello, 2006, p. 39).

Trazendo esse modo de compreender o ser humano mais para perto da psicoterapia, nosso interesse maior neste artigo, Bello afirma que

iniciando com Brentano o seu interesse pela vida psíquica, Husserl chega a explicitar, diferentemente de Freud, que a característica da vida humana é ser uma vida espiritual; reconhece uma dimensão espiritual, âmbito das avaliações e decisões, que se diferencia da dimensão psíquica. Tratando-se de atos diversos, não podemos considerar como Jung, que incluiu a dimensão espiritual na dimensão psíquica. Se são atos diferentes, não podem ser de uma só dimensão. Não se quer dizer que nós sempre decidimos e avaliamos pois, muitas vezes, nos deixamos levar pela emoção, por exemplo. É nesse campo de problema que se insere o trabalho da psicologia clínica: essa pessoa é capaz de decidir ou se deixa levar? (2006, p. 53)

Uma das implicações dessa visão de ser humano da psicologia fenomenológica na psicoterapia é a consideração de que o ser humano, por não ser totalmente comandado pela dimensão psíquica, “pode e deve ativar também a dimensão espiritual. E este é também um fundamento da vida moral, o que implica em responsabilidade e liberdade” (Bello, 2006, p. 54). Essa dimensão espiritual, a qual pode ser ativada e desenvolvida através de diversas

oportunidades e ocasiões no correr da existência, constitui o lugar por excelência da psicoterapia, uma vez que é com ela e através dela que se dão os diálogos terapêuticos, pois é essa dimensão espiritual a que intervém com fantasia, simbolização, conhecimento, controle e sentido.

A psicoterapia se dá especialmente através da ampliação da consciência, a capacidade de nos darmos conta dos fenômenos que acontecem em nós e conosco. Este trabalho se dá através da tomada de consciência e da ampliação dessa tomada de consciência no cotidiano. Nessa visão de trabalho psicoterapêutico predominantemente com os aspectos da consciência, não se nega a força daquilo de que não nos damos conta, daquilo que está inconsciente, mas não se considera que o ser humano seja comandado pela dimensão inconsciente, ainda que ela seja importante influenciadora dos comportamentos.

Como as vivências são registradas por nós, podemos ter consciência delas. Consciência, nesse caso, quer dizer que temos a possibilidade de nos darmos conta do que fazemos a cada momento. “Depois, podemos fazer uma reflexão sobre essa consciência. (...) Assim, temos o primeiro nível de consciência que é o nível dos *atos perceptivos*, e um segundo nível de consciência que é o nível dos *atos reflexivos*.” Essa reflexão “é uma nova vivência, e dessa vivência nós também temos consciência. Porém o ato reflexivo é uma consciência de segundo grau, é uma ulterior consciência de algo que, nos consente dizer, estamos vendo e tocando” (Bello, 2006, p. 33).

Se pensamos no ser humano composto pelos níveis corpóreo, psíquico e espiritual, onde se localizaria a consciência? No espírito? No psiquismo? Nem em um, nem em outro, pois só podemos conhecer essas três dimensões por sermos capazes de consciência. Isso implica que a consciência não é um lugar físico, não é de caráter espiritual ou psíquico, mas é “um ponto de convergência das operações humanas, que nos permite dizer o que estamos dizendo ou fazer o que fazemos como seres humanos” (Bello, 2006, p. 46).

Então, sintetizando essa visão de ser humano, podemos afirmar, com base na psicologia fenomenológica, que a corporeidade está especialmente representada pelas disposições genéticas, pelo sensorial e pela sexualidade, compondo, com a intencionalidade, o corpo vivido; o psiquismo está especialmente presente na possibilidade de se ter presentes a instintualidade, a percepção, as emoções, os sentimentos, a cognição, a inteligência, a memória, a atenção, compondo a apropriação da realidade e o senso de identidade, e influenciando fortemente o

comportamento; a espiritualidade está especialmente presente na possibilidade da hierarquização dos valores (ética), nas decisões, na reflexão profunda sobre a existência e sobre os impulsos psíquicos, e, fundamentalmente, na necessidade que tem o ser humano de tecer um sentido para a sua vida, de ter um bom motivo e um horizonte para continuar vivendo. A espiritualidade se caracteriza, essencialmente, por ser o lugar da lida com os valores, dos aprofundamentos, da fundamentação das escolhas, dos projetos e, por via disso, da tecedura de sentidos e eventualmente do sentido para a vida. Ela é também o lugar da responsabilidade existencial, a capacidade de responder adequadamente às demandas da vida. É essa responsabilidade existencial que sustenta aquilo que nos norteia, abre horizontes, aponta rumos em direção ao desenvolvimento de nossa própria humanidade, orienta nossa moralidade.

A espiritualidade, inerente ao ser humano, pode ser cultivada, ou não, pode se desenvolver, ou não, pode amadurecer, ou não. Quando necessário, a psicoterapia, por ser uma atividade exercida através da e em prol da espiritualidade, é um dos caminhos para desenterrar o amadurecimento da espiritualidade. Assim, é principalmente através da espiritualidade que a psicoterapia se desincumbe da tarefa de facilitar a retomada do desenvolvimento pessoal.

Muito próxima da espiritualidade, a ponto de em muitos referenciais ser confundida com ela, está a religiosidade, outro fator importante da atividade psicoterapêutica.

A religiosidade em psicoterapia

Como já me ocupei mais extensamente da diferenciação entre espiritualidade e religiosidade em outro trabalho (Pinto, 2009c), aqui farei apenas uma síntese dessas diferenças para que possamos ver que implicações as religiosidades do psicoterapeuta e do cliente têm no processo psicoterapêutico.

Originária da religião, a religiosidade pode ser entendida como uma experiência pessoal e única da religião, ou seja, “a face subjetiva da religião”, como afirma Valle (1998, p. 260). A religiosidade pode ser uma maneira de a espiritualidade se manifestar, mas não é a única maneira, ou seja, do mesmo modo que há pessoas de intensa religiosidade e pouca espiritualidade, pode haver pessoas de nenhuma ou mínima religiosidade, como um ateu ou um agnóstico, por exemplo, que podem manifestar uma intensa espiritualidade. Em outros termos: a religiosidade implica uma referência ao transcendente, ao passo que a espiritualidade implica uma referência ao sentido. Elas podem se encontrar, mas não são a mesma coisa. (cf Giovanetti, 2004, p. 11).

Quando se dá o encontro entre a espiritualidade e a religiosidade, o ser humano se vê diante de indagação sobre o sentido último da existência, isto é, se a espiritualidade possibilita buscar o sentido para a vida, no encontro com a religiosidade esta busca abarca também o último.

No caso da psicoterapia, se ela é uma atividade que se dá através da espiritualidade, é também uma atividade transpassada pela religiosidade das pessoas envolvidas no trabalho, terapeuta e cliente, fato que tem trazido muita polêmica para esta área.

Como a maioria, se não a totalidade, das culturas tem em uma religião um de seus pilares, e como todo ser humano está imerso em uma cultura, é muito pouco provável que exista alguma pessoa que não tenha tido contato com sua própria religiosidade, que não tenha se questionado sobre a realidade última e sobre alguns dos mistérios da existência e que, nesse questionamento, não tenha se deparado com questões religiosas. Assim é que cada ser humano, mal ou bem, tem contato com sua religiosidade em algum momento da vida. Por isso, posso afirmar que é praticamente impossível encontrarmos uma pessoa verdadeiramente arreligiosa; o que encontramos são pessoas que desenvolvem sua religiosidade em diferentes níveis.

Quando um cliente procura uma psicoterapia, ele não traz para o trabalho apenas determinadas partes de si, e sim seu todo. Esse todo inclui sua religiosidade, de modo que ela é parte integrante dos diálogos terapêuticos, mesmo quando não explicitamente nominada. A religiosidade sustenta crenças e posturas diante da vida, nutre valores e escolhas, influencia a espiritualidade e o contato corporal. Não há como ela se ausentar da situação terapêutica. E não é apenas a religiosidade do cliente que adentra o consultório: também a religiosidade do terapeuta está lá, permeando sua escuta, atravessando seus olhares, conduzindo sua conduta, pondo à prova seus valores. O terapeuta também está inteiro em cada sessão. Esse um fato inegável: as religiosidades do cliente e do terapeuta permeiam o encontro psicoterapêutico. Dessa forma, constituem-se como assunto terapêutico, ainda que apenas nas entrelinhas. Isso obriga o psicoterapeuta a ter uma série de cuidados, dos quais vou destacar três.

O primeiro desses cuidados diz respeito a não se correr o risco de negar a presença das religiosidades na terapia, como se houvesse uma área que não seja pertinente ao diálogo terapêutico. Cada cliente convida o terapeuta para que visite seu mundo único e particular. Esse convite abrange a possibilidade de conhecer o mais possível esse mundo, para compreendê-lo e auxiliar o cliente para que o compreenda e o desenvolva da maneira mais plena que possa. Se o

papel do terapeuta é colocar-se a serviço do cliente, isso implica também em abrir-se para escutar as questões trazidas por esse cliente que são pertinentes a sua religiosidade, uma das luzes de seu mundo. Escutar e compreender empaticamente, jamais julgar. Tarefa difícil, especialmente quando o terapeuta atende clientes de religião diferente da sua. Tarefa possível, se o terapeuta toma o segundo cuidado: conhecer a própria religiosidade.

É através da ampliação da consciência sobre a própria religiosidade que o terapeuta pode perceber como ela permeia sua escuta, como ela interfere em seus valores, como ela baliza seu olhar. Essa conscientização possibilita ao terapeuta, dentro do humanamente possível, ter controle sobre as influências que a sua religiosidade tem sobre sua presença na terapia, cuidando para, de certa forma, suspender essas influências ao se colocar a serviço de seu cliente. Isso quer dizer, especialmente, cuidar para não julgar seu cliente a partir de seus próprios parâmetros, mas colocar-se com seu cliente na busca do conhecimento e da apropriação crítica dos valores e crenças (religiosas ou não) do próprio cliente.

O terceiro cuidado, muito próximo dos outros dois e decorrente especialmente do segundo, é o cuidado para não orientar a psicoterapia pela religião (ou falta dela) do terapeuta, mas pelos conhecimentos e métodos inerentes à área da psicologia. Isso quer dizer que o terapeuta deve se abrir para conhecer o universo religioso do cliente sem querer trazê-lo para o seu, do terapeuta, próprio universo religioso, mesmo quando ambos abraçam a mesma religião – uma mesma religião abriga uma miríade de diferentes religiosidades, tantas quantas são seus fiéis. Isso quer dizer que há um saber científico que sustenta a psicoterapia e que se abre ao diálogo com os saberes religiosos sem se submeter a eles. Isso quer dizer que é preciso imenso cuidado para que a psicoterapia não se torne um trabalho catequético, da mesma forma que ela não pode se tornar um trabalho antirreligioso ou, pior ainda, que ela seja concebida como um trabalho que não inclua diálogos com as religiões. Uma das mais importantes características de um bom psicoterapeuta é sua capacidade de não julgar seus clientes. Essa capacidade vai por água abaixo quando a psicoterapia se deixa conduzir pela religiosidade do psicoterapeuta, trazendo, por sabotar insidiosamente sua autonomia e sua liberdade, enorme prejuízo ao cliente.

Também a religião não pode ser reduzida a outras áreas, numa espécie de psicologismo, como se a ciência pudesse um dia substituir a religião. Não cabe pensarmos que nosso mundo é (ou mesmo que possa ser um dia) totalmente secularizado. Se a secularização se ampliou e se

amplia na sociedade ocidental, isso não significa o fim do campo religioso, mas a necessidade de um diálogo cada dia mais acurado e sensível entre a religião e a ciência. Há o campo do profano e o campo do sagrado, componentes indissociáveis do campo existencial humano.

Um bom trabalho psicoterapêutico, independentemente da corrente teórica abraçada pelo terapeuta, se fundamenta, dentre outros aspectos, no respeito ao mundo religioso do cliente, no acolhimento amoroso da religiosidade do cliente, no não julgamento de suas convicções e crenças religiosas e na busca da compreensão do sentido que essas crenças têm para essa pessoa. Se isso é verdadeiro para todos os clientes, é especialmente necessário para os clientes de vida religiosa, uma das possibilidades de encontros da psicoterapia com as Ciências da Religião.

A psicoterapia para pessoas de vida religiosa

A pessoa levada em conta na psicoterapia inevitavelmente está inserida em grupos e em situações existenciais concretas, ou seja, existe e é parte de um ambiente, de um campo. No processo psicoterapêutico, deve-se levar em conta algumas características que especificam a clientela e que tornam possível traçar-se uma abordagem de prática clínica voltada especialmente para uma determinada clientela. Duas das características que mais marcam a existência grupal humana são o mundo do trabalho e o mundo religioso. Quando lidamos com clientes que se dedicam à vida consagrada, temos um encontro dessas duas características numa composição peculiar e forte, a qual precisa ser estudada e compreendida o mais amplamente possível, quer seja quanto às repercussões na vida e no dia a dia dessas pessoas, quer seja quanto à repercussão nos processos psicoterapêuticos.

O psicoterapeuta sensível percebe que os religiosos constituem uma clientela com características bem peculiares: vivências que dizem respeito aos grupos de pertencimento, à sexualidade, ao projeto de vida, ao corpo, ao poder pessoal, às relações humanas, aos sonhos, aos afetos, à fantasia, ao cotidiano, à saúde mental, à família, à intimidade, ao contato com o sagrado e à própria fé, dentre tantos outros temas tão caros à psicoterapia, têm seu significado profundamente perpassado pelas idiossincrasias da vida religiosa. Estas especificidades da vida religiosa justificam o estudo e o desenvolvimento de uma atitude e de uma prática psicoterápica voltada para essa clientela. As Ciências da Religião, dadas suas peculiaridades e abrangência, constituem-se como área privilegiada para este estudo.

A psicoterapia das pessoas que dedicam sua vida ao sagrado, a alguma religião, é um tipo de trabalho que ainda demanda muita pesquisa e muita teorização. Ela guarda peculiaridades que a tornam diferente da psicoterapia dos leigos, o que acaba por exigir diferentes conhecimentos e diferentes posturas do psicoterapeuta. E aqui entra uma das forças das Ciências da Religião como um dos suportes para o psicoterapeuta, pois, através deste campo de estudo, podem se abrir para o psicólogo novas e instigantes portas que facilitem uma compreensão mais integrada do trabalho psicoterapêutico como um recurso em diálogo com tantos outros.

É importante ressaltar que o cuidado com as peculiaridades que a vida consagrada impõe a quem a abraça não pode, em um processo psicoterápico, fazer perder de vista aquela pessoa única, singular, que está sentada à frente do terapeuta na sessão psicoterapêutica. As peculiaridades de um tipo de vida – no caso, a vida consagrada – não determinam como a pessoa se torna, mas compõem de maneira indelével o campo para o qual temos de olhar ao tentarmos compreender nosso cliente religioso. Melhor olharemos se melhor conhecermos teoricamente este campo religioso, fato que, me parece, tem sido pouco valorizado pelos psicoterapeutas. Conhecer o mundo do cliente em terapia não pode se resumir a conhecer o mundo vivido pelo cliente, embora isso seja o mais importante e essencial para um trabalho psicoterapêutico. É também útil conhecer os aspectos concretos e compartilhados desse mundo, especialmente quando, como é tão comum, esse conhecimento ajuda a desfazer preconceitos e a impedir julgamentos.

Se uma das principais funções da religião é proporcionar às pessoas a sensação de pertença, isso se torna ainda mais relevante quando tratamos de pessoas que se dedicam à vida religiosa. A dedicação à vida consagrada compõe de maneira especial o mundo que a pessoa habita, quer seja em seus aspectos simbólicos, quer seja em seus aspectos concretos, como, neste último caso, por exemplo, nas congregações religiosas, as quais exigem que seus membros deixem suas famílias de origem para viver em fraternidade nas congregações. Não só por isso, mas também por isso, podemos, ao olhar fenomenologicamente para essas pessoas, entender que a vida consagrada traz como uma de suas consequências uma peculiar visão do mundo, um peculiar significado para o ser no mundo, o que deve ser levado em consideração em uma psicoterapia.

Finalizando por ora

Entendo que um psicoterapeuta, independentemente da abordagem escolhida para se aproximar do sujeito humano, precisa ter uma cultura o mais vasta possível, dada a delicadeza de seu trabalho. Ao estar com um cliente em uma situação terapêutica, ao aceitar o convite para conhecer o mundo único dessa pessoa, o terapeuta tem que se postar nessa visita com um olhar curioso, aberto, atento e não julgador, atitude que, inegavelmente, é facilitada pela ampliação do mundo cultural do psicoterapeuta. Uma das maiores mudanças que um psicólogo pode alcançar ao estudar as Ciências da Religião é o enriquecimento de sua cultura, o qual se dá, especialmente, por três caminhos: o contato com profissionais e estudiosos de outros campos, os quais trazem novos pontos de vista, novas abordagens para um mesmo fenômeno; o contato mais profundo e denso com o mundo religioso, o próprio e o mais amplo, com sua história e seu futuro, com seus fascinantes mistérios; e o contato com a necessária humildade que deve ter um pesquisador das áreas ligadas ao sagrado, mesma qualidade que, embora imprescindível, é tão pouco levada em conta nas teorizações a respeito da psicoterapia.

O pesquisador das Ciências da Religião, ao dialogar com a psicoterapia como uma das áreas que possibilitam e até necessitam de estudos ligados ao mundo religioso, à espiritualidade e à religiosidade, pode também ampliar sua cultura, especialmente também por três caminhos: primeiro, uma ampliação dos conhecimentos referentes à psicologia da religião, com sua aplicação em processos psicoterapêuticos; segundo, uma maior atenção ao sujeito religioso, aos diálogos entre sua espiritualidade e sua religiosidade, especialmente em situações de crises; terceiro, mas não menos importante, a possibilidade de uma melhor compreensão sobre as diferenças entre os sofrimentos existenciais permeados pela religião e os sofrimentos psicopatológicos permeados pela religião.

Mais que tudo isso, no entanto, o ponto de encontro e de diálogo mais fértil entre a psicoterapia e as Ciências da Religião é a busca da ampliação da compreensão sobre o sujeito religioso, suas conquistas e suas dores, os caminhos que possam ajudá-lo a aventurar-se mais e mais em seu processo de humanização, quer dizer, na busca de sua plenitude e na melhor vivência de sua existência.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, Mauro Martins. (Org.) *Psicologia e espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 2005.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org.) *Vanguarda em Psicoterapia Fenomenológico-Existencial*. São Paulo: Pioneira, 2004.

- ARCURI, Irene G. ; ANCONA-LOPEZ, Marília. *Temas em Psicologia da Religião*. São Paulo: Vetor, 2007.
- BELLAK, Leopold; SMALL Leonard. *Psicoterapia de Emergência e Psicoterapia Breve*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.
- BELLO, Angela Ales. *Introdução à Fenomenologia*. São Paulo: EDUSC, 2006
- GIOVANETTI, José Paulo. O Sagrado na psicoterapia em ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org.) *Vanguarda em Psicoterapia Fenomenológico-Existencial*. São Paulo: Pioneira, 2004, p. 01 – 26.
- _____. Psicologia e espiritualidade. Em AMATUZZI, Mauro Martins (Org.) *Psicologia e espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 129 – 145.
- HYCNER, Richard ; JACOBS, Lynne. *Relação e Cura em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1997.
- LEWIN, Kurt. *Problemas de Dinâmica de Grupo*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- MASSIH, Eliana. *Psicologia da religião: guia de disciplina e caderno de referência de conteúdo (EAD)*. Batatais: Centro Universitário Claretiano, 2007.
- MASSIMI, Marina e MAHFOUD, Miguel. *Diante do Mistério: Psicologia e senso religioso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MAY, Rollo. *Liberdade e Destino*. Porto Alegre: Rocco, 1987.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. A Cientificidade das Ciências da Religião. Em TEIXEIRA, Faustino (org.) *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil: Afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2001 p 103 – 150
- NEVILLE, Robert Cummings, Ed.. *Ultimates Realities: a volume in a comparative religious ideas project*. New york: State university of New York Press, 2001.
- PAIVA, Geraldo José de (Org.). *Entre Necessidade e Desejo: Diálogos da psicologia com a religião*. São Paulo: Loyola, 2001.
- PINTO, Ênio Brito. As Realidades Últimas e a Psicoterapia. Anais do XI Encontro Goiano de Gestalt Terapia, Goiânia - GO, v. 1, p. 91-98, 2005
- _____. *Gestalt-terapia de Curta Duração para Clérigos Católicos: Elementos para a prática clínica*. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC/SP, 2007
- _____. (Org.) *Gestalt-terapia: Encontros*. São Paulo: Instituto de Gestalt de São Paulo, 2009
- _____. *Psicoterapia de Curta Duração na Abordagem Gestáltica: elementos para a prática clínica*. São Paulo: Summus, 2009
- _____. Espiritualidade e Religiosidade: Articulações. Disponível em www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_brito.pdf, acess. em 23/03/2010.
- _____. *Os Padres em Psicoterapia: Esclarecendo singularidades*. Aparecida: Editora Ideias e Letras, 2012.
- TEIXEIRA, Faustino (org.) *A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil: Afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- VALLE, João Edênio dos Reis. *Psicologia e Experiência Religiosa*. São Paulo: Loyola, 1998.